

## ARQUIVISTAS E ARQUIVOS COMPROMETIDOS COM A MEDIAÇÃO CONSCIENTE DA INFORMAÇÃO: contributo ao desenvolvimento do protagonismo social

## ARCHIVISTS AND ARCHIVES COMMITTED TO THE CONSCIOUS MEDIATION OF INFORMATION: contribution to the development of social protagonism

Henriette Ferreira Gomes\*

### RESUMO

Apresenta a compreensão do arquivo como um ambiente/dispositivo informacional que tem a mediação da informação como fundamento da sua existência e os/as arquivistas como mediadores/as que devem realizar a mediação consciente da informação a partir da compreensão do caráter social e público da informação, e o consequente compromisso com o protagonismo social. Em decorrência disso, a mediação consciente volta-se ao alcance das dimensões dialógica, estética, formativa, ética e política da mediação da informação, demarcando a necessidade de superação da “máscara da neutralidade” e a transformação dos/as arquivistas em intelectuais orgânicos/as do campo da Ciência da Informação. As análises produzidas resultaram do estudo analítico da literatura sobre o fenômeno informação, a mediação da informação, as teorias sociointeracionistas, o protagonismo social a partir de *Shera, Fromahnn, Gomes, Almeida Junior, Perrotti, Santos, Vygotsky, Freire e Gramsci* a partir da técnica da análise de conteúdo e da análise hermenêutica que permitiu a identificação das articulações e pontos de convergência e complementaridade entre eles.

**Palavras-chave:** mediação da informação; arquivistas; protagonismo social.

### ABSTRACT

*It presents the understanding of the archive as an informational environment/device that has the mediation of information as the basis of its existence and archivists as mediators who must carry out the conscious mediation of information based on the understanding of the social and public character of information, and the consequent commitment to social protagonism. As a result, conscious mediation focuses on reaching the dialogical, aesthetic, formative, ethical and political dimensions of information mediation, demarcating the need to overcome the “mask of neutrality” and the transformation of archivists into organic intellectuals of Information Science. The analyzes produced result from the analytical study of the literature on the information phenomenon, information mediation, socio-interactionist theories, social protagonism taking as a reference *Shera, Fromahnn,**

\*Professora Titular do ICI e PPGCI/UFBA. Membro Titular da Academia de Ciências da Bahia. Doutora em Educação. E-mail: henriettefgomes@gmail.com

*Gomes, Almeida Júnior, Perrotti, Santos, Vygotsky, Freire and Gramsci with the use of the technique of content analysis and hermeneutic analysis that allowed the identification the articulations and points of convergence and complementarity between them.*

**Keywords:** mediation of information; Archivists; Social protagonism.

## 1 INTRODUÇÃO

A perspectiva analítica deste estudo parte da compreensão de que a instituição arquivo se caracteriza como um ambiente informacional, portanto, se constitui em um dispositivo informacional que tem a mediação da informação como fundamento da sua existência. Nesse sentido, essa perspectiva convoca os profissionais arquivistas a se compreenderem e se constituírem em mediadores/as aptos/as a planejar e realizar a mediação consciente da informação, implicando na compreensão do caráter social e público da informação. Ao considerar o caráter social e público da informação, torna-se evidente que a mediação e suas dimensões constituem um fundamento da área da *Ciência da Informação* e das disciplinas científicas da *Arquivologia*, *Biblioteconomia* e *Museologia*, demarcando o compromisso social desse campo científico com o desenvolvimento do protagonismo social. Nesse sentido, busca-se neste estudo demonstrar a centralidade do desenvolvimento do protagonismo social nos objetivos da mediação da informação, e para tanto, resgata-se a origem do conceito de protagonismo vinculado à luta pelos interesses da esfera pública, pelos valores e princípios democráticos, pela inclusão e justiça social.

A mediação da informação comprometida com o desenvolvimento e fortalecimento do protagonismo social torna translúcida a intencionalidade da sua existência como princípio, como fundamento central do campo informacional, o que convoca os/as mediadores/as a se tornarem mediadores/as conscientes, implicando em planejar e executar as ações de mediação, de maneira que possibilite que estas ações alcancem as dimensões dialógica, estética, formativa, ética e política da mediação da informação. Nessa perspectiva, o/a mediador/a é convocado/a a abandonar a “máscara da neutralidade”, compreendendo e tomando como princípio o enfretamento do desafio proposto por Gramsci de se constituir um/a intelectual orgânico/a do campo da *Ciência da Informação*. As reflexões e proposições aqui compartilhadas foram produzidas em um estudo analítico da literatura científica que focaliza o fenômeno informação, a mediação da informação, as teorias sociointeracionistas, o protagonismo social, a educação, a cultura e a política, em especial articulação com as produções de *Shera*, *Fromahnn*, *Gomes*, *Almeida Junior*, *Perrotti*, *Santos*, *Vygotsky*, *Freire* e *Gramsci*, incluindo-se outros autores que contribuem com a abordagem de alguns aspectos pontuais relacionados à temática. A partir da adoção da técnica da análise de conteúdo,

empregou-se a análise hermenêutica para identificar a articulação desses conteúdos e os pontos de convergência, interseção e complementaridade entre eles.

O estudo se inicia com o resgate do conceito de protagonismo social, tomando por base as contribuições de *Perrotti e Santos*, se desenvolvendo a partir das discussões de *Gramsci* quanto ao papel e à constituição do intelectual orgânico, que se entende nesse estudo como essencial ao desenvolvimento do protagonismo social. A partir dessa etapa, busca-se projetar luzes às discussões acerca do objeto informação, tomando como referência as abordagens de *Shera, Fromahnn e Gomes*, demonstrando as relações entre elas e as abordagens de mediação da informação. Nesse andamento, apresenta-se o conceito de mediação da informação de *Almeida Junior*, assim como as cinco dimensões da mediação da informação formuladas por *Gomes*, cujo alcance tornam efetivas as condições das ações mediadoras virem a favorecer o processo de apropriação da informação, abordada à luz das contribuições de *Vygotsky* e do processo de tomada de consciência e desenvolvimento permanente da conscientização de que trata *Freire*. Esse traçado interpretativo e argumentativo permite demonstrar que a mediação consciente da informação se constitui um contributo da área da Ciência da Informação ao protagonismo social.

Desse modo, a análise hermenêutica permitiu a construção de um traçado reflexivo e argumentativo de que a somente por meio da mediação consciente da informação os/as mediadores/as e os ambientes informacionais, entre os quais se situam os arquivos, tornam efetiva a ação mediadora que, cuidadosamente alcança as dimensões dialógica, estética, formativa, ética e política da mediação da informação. O que ocorre quando os ambientes informacionais e seus/suas mediadores/as promovem o processo de problematização, apropriação da informação e tomada de consciência por parte dos sujeitos envolvidos na ação. Assim, a mediação consciente da informação viabiliza as condições para o desenvolvimento e fortalecimento do protagonismo social, mas é dependente do exercício da *práxis*, entendido como ação imprescindível dos/as profissionais e dos ambientes informacionais. Isso, por sua vez, reforça a necessidade desses/as profissionais se compreenderem e se constituírem em intelectuais orgânicos/as, de modo a assegurar o acesso, o uso e a apropriação da informação em parâmetros democráticos que demarcam o necessário fortalecimento das lutas de superação das injustiças e exclusões sociais.

## 2 RESGATANDO O SENTIDO ORIGINÁRIO DO PROTAGONISMO SOCIAL

Nas abordagens teóricas da mediação da informação a adoção do conceito de protagonismo vincula-se ao resgate do seu vínculo e compromisso com o social e os interesses da coletividade. Nessas abordagens busca-se a superação do uso reducionista

e vulgarizado do termo, que o associa a perspectivas individualistas, que focalizam os interesses e projetos de determinado sujeito, instituição ou nação, no âmbito de contextos específicos. Tal sentido estrito centra-se no destaque de personagens na esfera da literatura, do teatro e do cinema, contextos nos quais os protagonistas são personagens principais nas tramas e encenações. No entanto, na literatura e no teatro grego, em especial nas tragédias gregas, destacadamente nas obras de *Sófocles*, o protagonista carrega um vínculo potente com os princípios da vida em coletividade e com os interesses do coletivo. Inaugurando uma dramaturgia cuja trama se apresenta a partir as ações de três personagens: o protagonista como papel principal; o deuteragonista como papel secundário com a função de antagonizar, assumindo durante toda a história a oposição ao protagonista, e o tritagonista, que correspondia a um papel terciário no desenvolvimento da trama, *Sófocles* introduz uma perspectiva social ao protagonismo. (Santos, 2005).

Na sua dramaturgia *Sófocles* esculpe como atributo do protagonista a condição de agente social que assume lutas de resistência com consciência e persistência, em favor das causas do coletivo. Esse delineamento se expressa com maior clareza na sua obra *Antígona*, nome da protagonista que, filha de *Édipo* e *Jocasta*, irmã de *Ismênia*, *Etéocles* e *Polinice*, enfrenta *Creonte*, o qual assumira o reino de *Tebas* após a morte de *Édipo* e de os irmãos *Etéocles* e *Polinice* terem se enfrentado mortalmente em luta pelo trono do rei depois da morte do pai. *Creonte*, personagem que assume a luta pelos interesses privados, de conduta autoritária e violenta, em desrespeito aos valores e princípios sociais, aproveita-se das disputas entre os dois irmãos para tomar o poder e, identificando que um deles (*Polinice*) poderia ter maior capacidade de articulação e ampliação da conquista de adeptos às suas lutas, *Creonte* condena-o ao não sepultamento após a sua morte, mantendo seu corpo exposto a ataques de aves de rapina.

Nesse ponto da trama, as irmãs *Antígona* e *Ismênia* entram em processo de sofrimento. Porém, ainda que *Ismênia* tivesse a consciência desse desrespeito e injustiça, e como a irmã *Antígona* estivesse em angústia e indignação, opta por não assumir a postura combativa da irmã, que assume o combate a *Creonte*, lutando pelo direito de todo cidadão de ser velado de acordo com a liturgia da época, sendo sepultado por seus familiares. *Antígona* que fez o enfrentamento necessário a *Creonte* em defesa de valores coletivos de justiça, combatendo com coragem e valentia a tirania e o desrespeito ao coletivo, assumindo um protagonismo em favor dos princípios sociais, caracterizando-se, portanto, como uma protagonista social. *Antígona* resistiu, não aceitando passivamente a crueldade de *Creonte*, enfrentando-o até a morte. Erguendo-se para além da sua dor, *Antígona* foi capaz de reagir contra a arbitrariedade do rei de *Tebas*.

Assim, na obra de *Sófocles* o protagonismo se firma, não apenas como papel de relevância na trama, mas como um atributo central do personagem que se coloca em

movimento, impulsionado por e impulsionador de objetivos articulados a valores, princípios e interesses da coletividade. Desse modo, o protagonista em *Sófocles* não apenas ocupa um espaço maior de voz na trama, mas também e sobretudo é aquele que coloca sua voz em favor dos interesses públicos, dos interesses do social. Nesse sentido, o/a protagonista assume sua condição de sujeito político, que atua em favor do social, interferindo na realidade com a missão de transformá-la, consciente de que nessa luta terá de enfrentar com coragem inteligência, sabedoria, competência e persistência os antagonismos que inexoravelmente surgirão, aceitando a forte tendência de que os resultados da sua luta não sejam plenamente alcançados no seu próprio tempo histórico. Dessa forma, fica evidenciado que o/a protagonista é social e tem o atributo de sujeito consciente de que a luta por justiça social, pelos interesses do coletivo e da esfera do público constitui uma luta que se dá na história, que não está exclusivamente circunscrita ao tempo da sua própria existência individual.

Este sentido originário de protagonismo em *Sófocles* é que vem sendo resgatado pelos estudos da mediação da informação que, no esforço de resgate da gênese do seu sentido, identificaram seu caráter social, passando a adjetivá-lo como protagonismo social, visando a superação do uso vulgar e estrito do termo protagonismo ou protagonista, em especial porque seu sentido originário se articula às intencionalidades da mediação da informação. Nesse empreendimento, Perrotti (2017) teve lugar relevante, retomando em suas abordagens teóricas as raízes da concepção de protagonismo na obra *Antígona* de *Sófocles*, reacendendo o seu sentido de resistência e consciência social, se caracterizando como luta em favor dos interesses públicos e de combate e resistência aos interesses privados, como luta pelo fortalecimento do social, assinalando a sua potência transformadora, portanto, a sua força política.

Assim, quando nas abordagens teóricas da mediação da informação tratamos do protagonismo social, estamos tomando por base uma concepção de informação e do trabalho informacional vinculados à valorização da esfera pública (dos interesses do coletivo), realçando a intencionalidade primeira da ação mediadora, de se consagrar como uma ação consciente que almeja contribuir efetivamente com a transformação da realidade, de modo a favorecer a inclusão informacional e, conseqüentemente, a inclusão e a justiça social, colocando-se ativa na promoção do desenvolvimento e fortalecimento da educação, da cultura, da memória social e do conhecimento. Por fim, as abordagens teóricas da mediação da informação apontam para a emergência do alastramento e consolidação de uma mediação consciente da informação, que se constitui em ação na história, em ação política que assume sua intencionalidade, que revela com clareza “de onde fala e se propõe, para quê e para quem atua”. Essa consciência posiciona o/a mediador/a da informação no enfrentamento de mais um desafio, o de se constituir no que Gramsci denominou de intelectual orgânico.

### **3 INTELLECTUAL ORGÂNICO: qualidade essencial ao agente da mediação consciente da informação**

A concepção de um intelectual que, independentemente da sua origem social, se envolve e abraça com suas as lutas populares, mais especificamente operárias, ganha contornos a partir da experiência histórica de *Marx* e *Engels*. Com essa experiência, em especial a de *Marx*, os intelectuais assumiram, como destaca Semeraro (2006), uma condição de intelectuais que realizam o exercício da crítica sobre o conhecimento e para a elaboração de proposições científicas, ao tempo que assumem um lugar de voz e de conduta revolucionárias.

Conforme Semeraro (2006, p. 374), nesse contexto,

Nascia, então, a filosofia da práxis. E, com ela, novos intelectuais politicamente compromissados com o próprio grupo social para fazer e escrever a história e, por isso, capazes de refletir sobre o entrelaçamento da produção material com as controvertidas práticas da reprodução simbólica.

Desse modo, o/a intelectual orgânico/a é aquele/a que se coloca aberto a, sistematicamente, enfrentar o desafio de desvelar e compreender as complexidades dos problemas humanos e sociais, portanto, tem consciência da importância de se manter atento/a às dinâmicas sociais, políticas e econômicas do seu tempo histórico. Nesse sentido, Gramsci (1997, 2013) alertou para a urgente necessidade de o/a intelectual buscar seu autoconhecimento e o conhecimento da própria sociedade, os quais guardam intensas contradições, por meio da sua inserção enquanto sujeito ativo nas lutas sociais. Gramsci desenvolve suas proposições de estabelecimento de ligação consciente dos intelectuais com as questões políticas, assumindo sua posição em relação às classes sociais e a educação como uma *práxis* de ordem política. Em concordância com suas proposições teóricas, Gramsci se construiu como intelectual orgânico, analisando as dinâmicas sociais complexas, nas quais as classes dominantes, preocupadas com o avanço das lutas populares e operárias, sempre buscaram formular teorias que elitizem a figura do intelectual na sociedade, edificando e fortalecendo barreiras de contenção às alternativas democráticas e inclusivas.

Nessa experiência, o próprio Gramsci fez sua opção de se transformar em um intelectual orgânico, passando a valorizar nos seus estudos e ações os saberes populares, e a defender a socialização do acesso ao conhecimento, redimensionando a função social dos/as intelectuais, como agentes cujo compromisso se centra no exercício da crítica, não apenas para o desenvolvimento do conhecimento científico, mas também pela busca da permanente conexão dos seus estudos com os interesses sociais, conexão esta compreendida por Gramsci como vínculo essencial do trabalho intelectual

(profissional e científico) com as lutas políticas das classes subalternizadas. (Semeraro, 2006).

A concepção gramsciniana de intelectual representa uma ruptura com a concepção tradicional de intelectual imparcial, autônomo, acima e à parte das classes sociais, em razão da sua qualificação profissional, acadêmica e científica. Gramsci (1997, 2013) compreendeu como um erro a distinção que se faz entre os sujeitos a partir das especialidades, desconsiderando-se o papel que eles próprios e as suas atividades têm nas relações sociais.

Para Gramsci (1997, 2013), ainda que não queiram ou não tenham tomado consciência dessa realidade, os/as intelectuais estão inseridos/as nas relações sociais e pertencem a uma classe ou grupo social. Em sua análise histórica, Gramsci enfatizou que todo sistema econômico demanda profissionais que se dediquem e se afinem ao seu projeto. Nesse sentido, no mundo da produção econômica há grupos sociais que se originam e/ou se vinculam a um determinado sistema de produção e, para mantê-lo, buscam organicamente formar intelectuais, por especialidade, que sustentem sua hegemonia. (Gramsci, 1997, 2013). Esse intelectual tradicional cumpre a função de conferir uma homogeneidade ao sistema ao qual está vinculado e contribui, dessa maneira, para a construção de uma compreensão quanto à sua função social, econômica e política. Assim, ajuda a construir o substrato de sustentação de concepções de direitos, democracia e cultura, coerentes com os interesses privados da lógica desse sistema econômico dominante, o qual consciente ou inconscientemente toma como seu. Gramsci (1997, 2013) entende que as classes dominantes promovem a formação dos/as técnicos/as, dos/as cientistas políticos, dos juristas, enfim, de toda ordem de especialistas para que estejam potencialmente aptos a ajudar na construção de uma cultura e de um comportamento social homogêneo, capazes de sustentar e assegurar a manutenção dos seus interesses privados.

Conforme Semeraro (2006), a partir dessa compreensão Gramsci concebeu a conceituação de intelectual orgânico, em substituição à concepção tradicional de intelectual, que, para ele, mantém os intelectuais em um *status* de imparcialidade (neutralidade) artificial, distante das dinâmicas sociais, iludidos pela valorização da erudição, alheios aos seus próprios contextos históricos.

Enfim, um/a intelectual tradicional é aquele/a que, movido/a pela ilusão de que é valorizado/a e respeitado/a acima dos demais grupos sociais, ilumina sua conduta pelo engano quanto a sua autonomia e independência. Com o passar dos tempos essa concepção tradicional de intelectual acabou gerando e reforçando a arrogância e prepotência que cultivam e sustentam o sentimento de superioridade.

Assim, a “máscara da neutralidade” foi se consolidando e com ela a adoção de condutas de afastamento dos intelectuais tradicionais em relação à realidade e necessidades do social, o que impossibilita uma compreensão aprofundada de realidade

e uma atuação protagonista em favor da transformação social. Tendo restado a esse tipo de intelectual a falsa ideia da superioridade que o aparta dos demais grupos sociais. Ideia mantida por compensação monetária e de “prestígio”, sempre pontuais, provisórios, instáveis e vulneráveis, representando, assim, compensações frágeis e alteráveis de acordo com os interesses privados da classe dominante. Essa “máscara da neutralidade” turva a compreensão e o autoconhecimento do/a próprio/a intelectual que, inconsciente da manipulação sofrida, ou consciente do seu vínculo com o sistema vigente, torna-se incapaz de analisar criticamente e compreender a lógica desse mesmo sistema, assim como as lutas e necessidades sociais. Consequentemente, esse intelectual acaba por cumprir um papel no jogo de poder que exclui a maioria oprimida e afasta sua área de conhecimento da vida social.

Em contraposição, o/a intelectual orgânico/a é aquele/a que se coloca e se compreende como parte integrante de um organismo vivo, é aquele que se dispõe a estar em permanente mudança, em conexão com a dinâmica social e com a inserção do seu campo científico e profissional nas estruturas econômicas, políticas e culturais. O/A intelectual orgânico/a é aquele/a que assume posição, faz a opção por caminhos de constituição de um mundo mais justo e inclusivo. O/A intelectual orgânico/a é aquele/a que potencializa suas atuações e contribuições ao desenvolvimento justo da sociedade no exercício de funções científicas, culturais, educacionais e políticas, sempre com o objetivo de contribuir com a camada social de origem ou à qual se vinculou por opção. Para Gramsci (1997, 2013), o/a intelectual orgânico/a é aquele/a que realiza seu trabalho compreendendo e assumindo a interseção entre o conhecimento científico do seu campo com a Filosofia e a ação política que todo sujeito, grupo social e intelectual deve assumir em direção à construção humanista e histórica do mundo, um compromisso que atualmente se pode conceber como vinculado a um processo humanizador do mundo.

Por concordância com a concepção gramsciniana de intelectual orgânico/a, busca-se inseri-la em nossas abordagens acerca da mediação consciente da informação, que se coloca em favor do desenvolvimento e do fortalecimento do protagonismo social. Ao compreender e defender que o/a mediador/a da informação deve perseguir a realização da mediação consciente da informação, cumprindo a responsabilidade social do seu campo científico e profissional, essa autora busca assinalar a dependência de tal propósito à transformação dos/as mediadores/as da informação em intelectuais orgânicos/as do campo da Ciência da Informação.

#### 4 MEDIADOR CONSCIENTE DA INFORMAÇÃO: CATEGORIA DE INTELLECTUAL ORGÂNICO DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Ao abordar a mediação da informação na perspectiva apresentada neste estudo, faz-se necessária a discussão, mesmo que breve, em torno do fenômeno informação, destacando-se, dentre um vasto elenco de autores que contribuíram para o delineamento epistêmico do campo da Ciência da Informação, as contribuições de Shera e Frohmann que, situando a informação em uma perspectiva social, fizeram avançar o debate que possibilitou a identificação de aproximações relevantes com as abordagens em torno da mediação. Ao concordar com Frohmann (2008) quanto ao caráter social, material e público da informação, como também com a propositura de Shera (1971, 1973), de que o trabalho com a informação volta-se essencialmente à socialização do conhecimento humano, ao acesso e à produção da cultura, assinalando que o conteúdo informacional compartilhado somente adquire sentido na recepção, Gomes formula uma conceituação de **informação como conhecimento em estado de compartilhamento** (2016, 2017, 2019a, 2019b, 2020, 2021). Na percepção da autora, tal proposição apresenta maior aderência às abordagens teóricas da mediação da informação que tomam como referência as contribuições de Vygotsky (1998, 2001, 2003a, 2003b), Freire (2005, 2008) e Almeida Junior (2006, 2009, 2015). Essas contribuições dão sustentação aos argumentos que situam a mediação como uma ação dialética e essencialmente pautada na dialogia, promotora do espaço problematizador que, em um contexto sócio-histórico, impulsiona o processo de recepção, de desenvolvimento intelectual e de tomada de consciência, que melhor favorecer o processo de apropriação da informação.

Para Shera (1971, 1973), a informação representa uma cadeia sistêmica entre conteúdo, operações de ordem tecnológica que asseguram o seu compartilhamento e o processo de recepção, quando esse conteúdo adquire sentido para quem o acessa. Tal cadeia foi denominada de trindade de atomismo, sempre situada em um determinado contexto sociocultural. Na sua concepção de informação, Shera (1971, 1973) buscou evidenciar a relação existente entre informação, conhecimento e o processo dialógico da comunicação, que se destina ao compartilhamento. Ao apontar essa dinâmica relacional entre conteúdo, base tecnológica e contexto de recepção, Shera (1971, 1973) acabou por apresentar um caminho interpretativo que, em certo sentido, guarda alguma relação com o que Frohmann (2008) denominou de regimes de informação.

Conforme Frohmann (2008), os regimes de informação se estabelecem a partir de agenciamentos complexos que envolvem agentes, dispositivos, articulação de linguagens, comunidades discursivas e intencionalidades. Pela via desses regimes o caráter social, material e público da informação fica evidenciado. Neles, estratégias e

acordos são socialmente estabelecidos para publicização e preservação da informação. A publicização é dependente da materialização por meio da articulação das linguagens e dos dispositivos de compartilhamento. Já a sua preservação na memória social será assegurada por outra ordem de agenciamentos que decidem por tal condição, assim como por estratégias de inscrição em dispositivos, que possibilitam sua recuperação, acesso e uso em quaisquer tempos e espaços sociais.

Ao analisar as proposições de Shera (1971, 1973) e Frohmann (2008), é possível observar a informação como uma instância de trânsito entre o conhecimento construído por determinados sujeitos num contexto específico e outros sujeitos, talvez situados em contextos históricos e sociais distintos. Esse trânsito só é possível por meio da externalização (materialização), isto é, para que o conhecimento possa entrar em estado de compartilhamento, ele se conforma em informação inscrita em dispositivos que lhe conferem materialidade, possibilitando o seu encontro com os sujeitos sociais, encontro potencializador do processo de apropriação, no qual o conhecimento compartilhado pode acionar processos de significação.

Esse cenário sinaliza para a existência de relações simbióticas entre informação e conhecimento. Ao refletir sobre essas relações, mas buscando evitar os riscos de adesão a uma visão de informação que Frohmann (2008) denominou de mentalista, Gomes (2016, 2017, 2019a, 2019b, 2020, 2021) compreendeu e passou a defender que a informação é um fenômeno que emerge do esforço de colocar em estado de compartilhamento o conhecimento, empreendimento por meio do qual o conhecimento pode materializar-se, extrapolando a instância mental que o constituiu. No empreendimento do compartilhamento, os sujeitos articulam linguagens, diversos dispositivos de mediação, a fim de conferir materialidade ao conhecimento, podendo ou não essa materialidade ter uma fisicalidade. Dessa maneira, torna-se evidente que este é um processo mobilizado com a intenção de permitir que o conhecimento alcance sua instância de compartilhamento, se constituindo em informação. (Gomes, 2016, 2017, 2019a, 2019b, 2020, 2021).

Em imersão nessa análise interpretativa, conclui-se que a informação é resultante do esforço humano de colocar em comum o conhecimento, consistindo em um primeiro nível de representação, que possibilita a comunicação geradora do compartilhamento. Essa compreensão sustenta a proposição de Gomes (2016, 2017, 2019a, 2019b, 2020) de que **informação é conhecimento em estado de compartilhamento**. Essa proposta conceitual evidencia que a informação (na sua condição de conhecimento em estado de compartilhamento) carrega em si duas potências: a de mover a ação comunicativa e a de impulsionar e possibilitar ações mediadoras que, no processo interacionista, dialógico e de exercício da crítica, tem-se a intenção de promover o acesso e uso valorizadores da problematização em torno dos conteúdos informacionais, tendo como meta o processo

de apropriação da informação que poderá resultar em ressignificações ou produção de novos conhecimentos.

## **5 MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO, SUAS DIMENSÕES E O COMPROMISSO COM O PROTAGONISMO SOCIAL: RESPONSABILIDADE SOCIAL QUE SE ESTENDE AOS ARQUIVOS E AQUIVISTAS**

Quando se entende **informação como conhecimento em estado de compartilhamento**, admite-se que ela provoca e resulta de interferências que intencionam o desenvolvimento cultural, educacional e social dos sujeitos, inclusive as transformações sociais. Nesse diapasão, a mediação da informação passa a ocupar posição central nessa intencionalidade, o que reafirma a impossibilidade de se perseguir e alcançar neutralidade na ação mediadora.

Há algum tempo o campo da Ciência da Informação vem tratando da mediação no âmbito informacional. Entretanto, muitas discussões ficavam, e ainda ficam, circunscritas a abordagens genéricas da mediação. Algumas vezes limitadas a apresentar o termo, em outras a expor aspectos sociológicos e antropológicos. Embora reconhecendo o valor dessas contribuições, enquanto um processo reflexivo de construção de um domínio consistente do que seja a mediação, deve-se concordar com Santos Neto (2019), segundo o qual somente em 2006 surge um conceito específico de mediação da informação, proposto por Almeida Junior. Entre 2006 e 2009, Almeida Junior empreendeu esforços na formulação conceitual da mediação da informação. Mas, em 2015 ele promoveu uma importante atualização do conceito, e passou a defender que a mediação da informação é

[...] toda ação de interferência – realizada em um processo, por um profissional da informação e na ambiência de equipamentos informacionais -, direta ou indireta; consciente ou inconsciente; singular ou plural, individual ou coletiva; visando a apropriação de informação que satisfaça, parcialmente e de maneira momentânea, uma necessidade informacional, gerando conflitos e novas necessidades informacionais. (Almeida Júnior, 2015, p. 25).

Quando se analisa o conceito atualizado, observa-se que Almeida Junior (2015) destaca o atributo de ação de interferência à mediação da informação, superando, intencionalmente ou não, a carga impositiva implícita ao verbo intervir. A opção, intencional ou não, por interferência acaba fortalecendo a perspectiva alteritária e dialógica da mediação da informação, que trata dos princípios e ações que se faz com o outro. Por outro lado, e ainda partindo do próprio conceito formulado por Almeida Júnior (2015) que inclui a categoria de mediação consciente, é preciso compreender e admitir que somente na mediação consciente a dialogia pode ser intensificada, tornando

exequível o exercício da crítica e o processo problematizador, os quais possibilitam a observação de incompletudes e lacunas que promovem a desestabilização dos conhecimentos em cada sujeito, contribuindo para o acionamento do que Vygotsky (1998, 2001, 2003a, 2003b) denomina de **zona de desenvolvimento proximal (ZDP)** (instância potencializadora do desenvolvimento interior e da geração de sentidos), circunstância necessária ao processo de apropriação da informação.

A partir dessa sustentação teórica, Gomes (2014, 2016, 2017, 2019a, 2019b, 2020) ressalta a necessidade da realização da mediação consciente e defende que é por meio dela que se pode intensificar o alcance das cinco dimensões da mediação da informação formuladas pela autora. Gomes reforça que somente na sua condição consciente a mediação da informação pode alcançar essas dimensões que permitem efetividade às ações mediadoras, cujos resultados podem ser considerados em real contribuição ao desenvolvimento e fortalecimento do protagonismo social. Segundo Gomes (2014, 2016, 2017, 2019a, 2019b, 2020), a característica da mediação da informação como uma ação dialética, coloca a **dimensão dialógica**, como condição e instância sustentadora dessa ação. Sem a dialogia não é possível realizar a mediação da informação. A condição de processo dialético da mediação da informação exige do agente mediador disposição e preparação para atuar no respeito às diferenças, estimulando conscientemente o diálogo compreensivo e acolhedor, assim como para atuar na garantia do espaço de voz de todos os envolvidos no processo.

Na intensificação consciente da **dimensão dialógica**, todos os sujeitos envolvidos no processo terão a oportunidade de debater acerca do conteúdo informacional em foco, poderão ainda conhecer o outro, mas também se desvelar, se reconhecer, assumindo, no encontro com a informação, um refletir com outro, o que fortalecerá o espaço crítico em uma ambiência acolhedora, respeitosa e geradora do conforto necessário à manifestação e interpelação de todos os envolvidos. Processo em que a mediação da informação tem a possibilidade de alcançar sua **dimensão estética**, instância em que os sujeitos que participam da ação mediadora poderão ter acionada a sua ZDP (Gomes, 2014, 2016, 2017, 2019a, 2019b, 2020).

Quando a mediação da informação alcança sua **dimensão estética**, ela oportuniza aos sujeitos a experiência da desestabilização do seu arcabouço de conhecimentos, saberes e percepções de mundo. Essa desestabilização aflora de um encontro com o novo ou diferente, promovido pelo processo dialógico e problematizador, que na mediação consciente se intensifica. Se por um lado, na dimensão estética a mediação contribui para que o sujeito se desestabilize, por outro ela descortina uma instância de possibilidades de ressignificação, a partir da qual o sujeito pode alargar suas compreensões e redimensionar seu arcabouço de conhecimentos e saberes, o que representa uma experiência do prazer estético da criação e transformação.

Quando a ressignificação e o redimensionamento do arcabouço de conhecimentos e saberes dos sujeitos se tornam efetivos, significa que a mediação da informação alcançou a sua **dimensão formativa**. No alcance da **dimensão formativa**, o sujeito alarga seus conhecimentos, expande sua compreensão e concepção de mundo. Quando a mediação da informação alcança a sua **dimensão formativa**, o sujeito envolvido na ação mediadora se recria, se modifica, se forma e se transforma. (Gomes, 2014, 2016, 2017, 2019a, 2019b, 2020).

Na ambiência do acolhimento e do conforto emocional oferecida pela mediação consciente da informação, torna-se possível construir o sentimento de pertença que favorece e estimula a fruição, o livre pensar, a abertura ao diálogo com respeito à alteridade, condições propícias ao trânsito das ideias, sem censura ou rejeição, condição estimulante ao exercício paritário da crítica, o que coloca a **dimensão ética** em articulação com as dimensões dialógica, estética e formativa. Essa articulação é importante porque somente no alcance da sua **dimensão ética** a mediação poderá trabalhar o encontro com a informação, assegurando que no processo se mantenha o respeito à alteridade por todos os envolvidos na ação. (Gomes, 2014, 2016, 2017, 2019a, 2019b, 2020).

A **dimensão ética** permite que todos os sujeitos envolvidos no processo de mediação consciente da informação sintam-se acolhidos e reconhecidos como sujeitos ativos na ação mediadora, que se abrem à conquista da condição de protagonistas do ambiente informacional, capazes, eles próprios, de acolher o diferente que participa desse encontro. Além disso, potencializa o conforto propositivo de novas informações e produções culturais, sem temer ou autorizar a censura. Entretanto, mantém o debate crítico que impede a manipulação. Nessa experiência, os sujeitos vivem emoções e sentimentos que podem e precisam ser observados pelo mediador por meio da escuta e da observação sensível. Essa conduta cuidadosa do/a mediador/a da informação exige uma consciência quanto à intencionalidade da ação mediadora, que é inclusiva e comprometida com o desenvolvimento do protagonismo social, com o social, com os interesses sociais (que são públicos e não privados), comprometida com a conquista de um mundo mais justo e inclusivo, com o processo humanizador do mundo. Isso vindica um/a mediador/a na condição de intelectual orgânico/a da sua área.

O/A mediador/a como intelectual orgânico/a se coloca em movimento permanente de ampliação do seu processo de conscientização e, além disso, passa a atuar tomando como fundamento da área a mediação da informação e suas dimensões; assumindo a essencialidade do exercício da *práxis*, considerando que esse exercício é necessário ao aperfeiçoamento das ações mediadoras, como também ao alcance do seu autoconhecimento relevante aos promotores do protagonismo social.

Paulo Freire (2005, 2008), ao abordar a mediação, torna evidente o seu caráter revolucionário e potencializador do processo de construção do protagonismo. Para

Freire a mediação é uma ação por meio da qual os indivíduos podem se transformar em sujeitos sociais. Ao vivenciar o processo de mediação, o sujeito tem a possibilidade de viver o processo problematizador e reflexivo, tomando consciência da sua condição de sujeito social. Assim, situado no processo constante do exercício da crítica e do autoconhecimento, tanto os sujeitos informacionais quanto os mediadores podem alcançar a conscientização e se tornarem sujeitos comprometidos e capazes de interferir e transformar a sua realidade e a sociedade. Enfim, os sujeitos envolvidos nas ações mediadoras podem se transformar em protagonistas sociais.

Como intelectual orgânico/a do campo da Ciência da Informação e das disciplinas da Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia, o/a mediador/a consciente da informação coloca-se em processo de constante abertura e disponibilidade para seguir conhecendo o outro, o meio, o contexto, em uma “ação do cuidar” da mediação da informação, de modo que ela alcance, de maneira articulada, as dimensões dialógica, estética, formativa e ética, situação na qual a mediação da informação acaba por alcançar sua **dimensão política**.

No alcance da **dimensão política**, tanto o/a mediador/a e o ambiente informacional quanto os sujeitos envolvidos na mediação acabam tomando consciência da condição de sujeitos da ação, portanto, da sua condição de sujeitos políticos. Abandonam, em consequência, a “máscara da neutralidade” e assumem a condição de protagonistas sociais, em favor do processo humanizador do mundo. (Gomes, 2014, 2016, 2017, 2019a, 2019b, 2020). Pode-se afirmar que a dimensão política da mediação da informação, quando alcançada em plena articulação com as demais dimensões, acaba fortalecendo o protagonismo social, porque impulsiona os sujeitos envolvidos na ação mediadora a estender a interpelação, o debate, o exercício da crítica, a atitude propositiva, pautada no coletivo e em favor dos interesses da coletividade, para além da ação mediadora e do próprio ambiente informacional onde a mediação ocorre. Por meio do alcance da dimensão política, os resultados da mediação transpõem os “muros” do ambiente de informação e extrapolam as próprias ações, processos, instrumentos, produtos e serviços informacionais.

A **dimensão política** da mediação da informação contribui para a uma sociedade ativa na construção humanizadora do mundo porque impulsiona a adoção das lutas pelo respeito à alteridade, pelo fundamento democrático do livre pensar, pelo combate à desinformação, às informações falsas e à manipulação, pela resistência quanto à redução do espaço crítico e da ação e pelo fortalecimento da justiça e inclusão social, como fundamentais à existência dos sujeitos, ao cuidado com o outro, com o meio e com a civilização humana.

Considerando que os arquivos são ambientes informacionais originariamente criados na Grécia Antiga com o objetivo de salvar documentos considerados de valor para a sociedade grega, Schellenberg (2006), entende que, no contexto histórico do

seu nascimento, estes tinham como missão conservar as leis, os tratados e demais documentos que marcavam as normas e decisões em torno do interesse da sociedade, a exemplo de minutas da assembleia popular. Esse marco histórico dos arquivos assenta sua condição de dispositivo social comprometido com as informações de caráter público.

A partir da Revolução Francesa (1789), os arquivos passaram a reunir e colecionar os documentos estatais, tendo também ocorrido um processo de centralização na guarda dos acervos com a criação e institucionalização do Arquivo Nacional da França, com caráter público (Schellenberg, 2006). Assim, pode-se afirmar que a experiência francesa com seu Arquivo Nacional, além de inaugurar a existência do primeiro arquivo público, potencializou a compreensão de que os arquivos se caracterizam como ambientes de informação, portanto, como dispositivos informacionais.

Os arquivos, enquanto ambiente informacional voltado à guarda e preservação, mas também voltados ao acesso, ao uso e à disseminação dos conjuntos documentais que tratam da vida em sociedade, também se caracterizam como dispositivos informacionais que devem ser orientados pelo fundamento da mediação da informação. Esse ambiente informacional, ao mediar o acesso e uso das informações que preserva e organiza, guarda a potência de contribuir com a tomada de consciência de seus usuários quanto a sua história social, suas lutas e conquistas, assim como de seus percursos políticos e culturais, gerando as condições para uma tomada de consciência quanto aos direitos e reivindicações intervenientes no estabelecimento dos parâmetros civilizatórios. Essas instituições, além de cumprirem as suas funções de recolhimento, gestão e preservação da memória social, devem assumir sua condição de dispositivo de mediação da informação, atuando em direção ao acesso, uso e apropriação da informação pelos sujeitos sociais.

Essa condição tem sido mais destacada na literatura da área quando os autores abordam o papel e atributos dos arquivos nacionais, a exemplo de Heynemman, que alerta para a missão do arquivo nacional em contribuir com a construção da memória coletiva e o exercício da cidadania a partir do desenvolvimento de atividades de disseminação da informação. Por outro lado, há também autores como Fonseca (1998, p. 38), que avança nessa direção ao compreender que a instituição arquivística é também responsável pelo “[...] acesso dos documentos gerados pela administração pública, nos seus diferentes níveis de organização.” Assim, observa-se que os/as pesquisadores/as da Arquivologia (disciplina especializada que integra o campo científico da Ciência da Informação) têm avançado na abordagem quanto a natureza de trabalho informacional realizado pelos arquivos, o que tem contribuído para a construção de uma consciência quanto a sua função mediadora da informação.

Nessa perspectiva, neste estudo considera-se o arquivo como um ambiente de mediação da informação, como um dispositivo de mediação do acesso, uso e apropriação

da informação, que tem como responsabilidade social realizar ações mediadoras implícitas (indiretas) e explícitas (diretas) com consciência quanto aos princípios contidos no fundamento da mediação da informação e suas dimensões.

Como assinalam Sousa, Santos e Gomes (2022), os/as mediadores/as que atuam nas instituições arquivísticas devem refletir acerca das escolhas profissionais de maneira que estas sejam orientadas pelos interesses do coletivo social no qual o dispositivo de mediação da informação está inserido, de modo a colaborar com o desenvolvimento do protagonismo social.

[...] o trabalho do arquivista mediador deve se orientar pelo fundamento da mediação da informação e suas dimensões, considerando as questões ligadas a liberdade de pensamento, expressão e posicionamento articulada ao debate e exercício coletivo da crítica, que assegura que os interesses da esfera pública sejam mais centrais que aqueles estritos à esfera privada. Desse modo, a mediação da informação se faz consciente e vinculada à construção humanizadora do social. (Sousa; Santos; Gomes, 2022, p. 14)

A atuação do sujeito mediador precisa manter-se permanentemente no exercício da *práxis*, planejando, executando e avaliando suas ações quanto às suas condições de avanço na consolidação das conquistas do coletivo.

Por fim, os/as arquivistas são convidados a atuar para além dos documentos que integram os acervos, considerando também os anseios dos usuários, assim como aqueles anseios manifestos no contexto sociocultural no qual o arquivo está inserido. Tomando consciência da diversidade existente e respeitando os interesses e sentidos diversamente atribuídos pelos sujeitos, o/a mediador/a consciente da informação terá condições de ressignificar o ambiente informacional arquivo, transformando-o em um dispositivo de mediação da informação, onde os/as arquivistas também se transformem em mediadores conscientes.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A compreensão quanto a importância da mediação consciente da informação, enquanto uma categoria carregada da intencionalidade de transformar o fazer informacional em contributo ao desenvolvimento do protagonismo social, destaca a relevância de se acolher a mediação da informação e suas dimensões dialógica, estética, formativa, ética e política como fundamento da área da informação.

Nesse sentido, torna-se essencial que o/a mediador/a da informação, seja ele um/a arquivista, um/a bibliotecário/a ou um/a museólogo/a, assuma uma conduta permanente de enfrentamento do seu processo de autoconhecimento e do desafio de fazer avançar a sua formação e qualificação em uma perspectiva histórica e política, de

modo que vá se constituindo em um/a intelectual orgânico/a, capaz de realizar o seu empreendimento intelectual, profissional e de pesquisa vinculados a um compromisso com a sociedade, com a justiça e inclusão social, enfim, seja capaz de assumir uma posição ativa, de liderança, de honestidade sistemática e de coragem, que também o caracterizará como um/a protagonista social.

O/a mediador/a consciente da informação assume conduta de liderança, coloca-se no enfrentamento social para vencer obstáculos, barreiras e limites que ameacem os interesses do coletivo em relação à geração, ao acesso, ao uso e à apropriação da informação. O/A mediador/a consciente da informação compreende que somente por meio do processo de apropriação os sujeitos sociais se transformam e podem vir a transformar a sua realidade e a sociedade.

Ao considerarem como fundamento a mediação da informação e suas dimensões, os/as profissionais e pesquisadores/as do campo são convidados/as a adotar um comportamento crítico e vigilante acerca das ações de interferência, das práticas, dos instrumentos, processos, produtos e serviços realizados nos ambientes informacionais, e a assumirem como permanente o exercício da *práxis*.

O exercício da *práxis*, como conduta consciente e problematizadora da própria ação, ao se dar em um processo coletivo, torna possível identificar contradições entre a prática e o fundamento teórico; identificar limitações e lacunas que precisam ser superadas; assim como identificar possíveis desvios na conduta do mediador. Enfim, no exercício da *práxis* torna-se possível sustentar a superação constante dos fatores limitadores da própria mediação da informação, tornando-a mais consciente.

Quando o/a mediador/a e o ambiente informacional acolhem o exercício da *práxis* como condição fundamental ao sucesso da mediação da informação, assumem a condição de sujeito e ambiente implicado pelos interesses sociais, pelos interesses coletivos e públicos, tornam-se corresponsáveis pelas lutas sociais, aperfeiçoam e consolidam sua condição de protagonistas sociais. Em uma perspectiva gramsciana, pode-se defender que nesse processo, o/a mediador/a da informação se construirá e se constituirá no/a intelectual orgânico/a da área, o que significa que assumirá sua condição de sujeito político que, conscientemente, adotará uma posição ativa em favor do coletivo, da justiça e da inclusão social.

O/A mediador/a consciente da informação atua medeando o encontro da informação, e dos dispositivos informacionais, com diversas instâncias do social, com os diversos sujeitos sociais. Sua atuação é orientada por uma intencionalidade de promoção de um encontro, tanto desvelador das necessidades, carências, limites, desejos, competências, experiências, saberes etc., quanto revelador do possível que parecia impossível até que se instalasse o processo problematizador na ação mediadora.

Por fim, reafirma-se que a potência libertadora da mediação da informação se faz efetiva pela ação consciente do/a mediador/a e da sua tomada de posição quanto a sua

condição de sujeito político, que coloca o seu trabalho, o seu crescimento profissional, acadêmico e científico a serviço do desenvolvimento do protagonismo social, sustentador das lutas por justiça e inclusão social, das lutas pela liberdade de ação, interpelação e proposição, enfim, das lutas pelo processo humanizador do mundo.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA JUNIOR, Oswaldo F. de. Mediação da informação: um conceito atualizado. In: BORTOLIN, Sueli; SANTOS NETO, João Arlindo dos; SILVA, Rovilson José (Orgs.). **Mediação oral da informação e da leitura**. Londrina: ABECIN, 2015. p. 9-32.

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Mediação da informação: ampliando o conceito de disseminação. ENCUENTRO DE EDUCADORES E INVESTIGADORES EM BIBLIOTECOLOGIA, ARCHIVOLOGIA, CIÊNCIA DE LA INFORMACIÓN Y DE LA DOCUMENTACIÓN DE IBEROAMÉRICA Y EL CARIBE (EDIBCIC), 7., 2006, Marília. **Anais ... Marília: UNESP, 2006**. Disponível em: [http://edicic.org/data/documents/Actas\\_VII\\_EDIBCIC.pdf](http://edicic.org/data/documents/Actas_VII_EDIBCIC.pdf). Acesso em: 22 abr. 2020.

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Mediação da Informação e Múltiplas Linguagens. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v. 2, n. 1, 2009. Disponível em: <http://inseer.ibict.br/ancib/index.php/tpbci/article/viewArticle/17>. Acesso em: 10 out. 2013.

FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. São Paulo: Centauro, 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 43. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FROHMANN, Bernard. O caráter social, material e público da informação. In: FUJITA, M.S.; MARTELETO, R.M.; LARA, M.G. (Orgs.). **A dimensão epistemológica da Ciência da Informação e suas interfaces técnicas, políticas e institucionais nos processos de produção, acesso e disseminação da informação**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Fundepe, 2008.

GOMES, Henriette Ferreira. Comunicação e informação: relações dúbias, complexas e intrínsecas. In: MORIGI, Valdir; JACKS, Nilda; GOLIN, Cida (Orgs.). **Epistemologias, comunicação e informação**. Porto Alegre: Sulina, 2016. cap.5, p. 91-107.

GOMES, Henriette Ferreira. A dimensão dialógica, estética, formativa e ética da mediação da informação. **Informação & Informação**, Londrina, v. 19, n.2, p.46-59, out. 2014. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/19994/1909>. Acesso em: 27 dez 2017.

GOMES, Henriette Ferreira. Mediação consciente da informação; categoria fundante ao protagonismo profissional e social. **O protagonismo da mulher na Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação**. Florianópolis: Rocha; Nyota, 2019a, v. 1, p. 187-206. Disponível em: <https://www.nyota.com.br/>. Acesso em: 27 abr. 2020.

GOMES, Henriette Ferreira. Mediação da informação e suas dimensões dialógica, estética, formativa, ética e política: um fundamento da Ciência da Informação em favor do protagonismo social. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 30, n. 4, p. 1-23, out./dez. 2020. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies>. Acesso em: 3 abr. 2021.

GOMES, Henriette Ferreira. Mediação da informação e protagonismo social: relações com vida activa e ação comunicativa à luz de Hannah Arendt e Jürgen Habermas. In: GOMES, Henriette Ferreira; NOVO, Hildenise Ferreira. **Informação e protagonismo social**. Salvador: EDUFBA, 2017. cap. 2, p. 27-44.

GOMES, Henriette Ferreira. Protagonismo social e mediação da informação. **LOGEION: FILOSOFIA DA INFORMAÇÃO**, [Rio de Janeiro], v. 5, p. 10-21, 2019b. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/111756>. Acesso em: 20 maio 2020.

GRAMSCI, Antônio. **A formação dos intelectuais**. Rio de Janeiro: Achiamé, 2013.

GRAMSCI, Antônio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

HEYNEMANN, Cláudia. Pesquisando a memória: o Arquivo Nacional entre a identidade e a história. **Acervo**, Rio de Janeiro, v.4/5, n.1/2, jan./jun. 1990.

PERROTTI, Edmir. Sobre informação e protagonismo cultural. In: GOMES, Henriette Ferreira; NOVO, Hildenise Ferreira. (Orgs.). **Informação e protagonismo social**. Salvador: EDUFBA, 2017. p. 11-26.

SANTOS, Adilson. A tragédia grega: um estudo teórico. *Revista Investigações*, [Refice], v. 18, n. 1, p. 41-67, 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/INV/article/view/1501>. Disponível em: 22 abr. 2020.

SANTOS NETO, João Arlindo. **O estado da arte da mediação da informação: uma análise histórica da construção e desenvolvimento dos conceitos**. 2019. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista (Unesp), Marília, 2019. 460 f. il. Orientador: Prof. Dr. Oswaldo Francisco de Almeida Junior.

SCHELLENBERG, Theodore R. **Arquivos modernos**: princípios e técnicas. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

SEMERARO, Giovanni. Intelectuais “orgânicos” em tempos de pós-modernidade. **Cadernos Cedes**, Campinas, v. 26, n. 70, p. 373-391, set./dez. 2006. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 20 jun. 2020.

SHERA, Jesse. The sociological relationships of information science. **Journal of the American Society for Information Science**, [S.l.], v.22, p.76-80, Apr. 1971.

SHERA, Jesse Hauk. Toward a theory os Librarianship and information Science. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 2, n. 2, dez. 1973. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/30/30>. Acesso em: 22 abr. 2020.

SOUSA, Ana Claudia Medeiros de; SANTOS, Raquel do Rosário; GOMES, Henriette Ferreira. A instituição arquivística e o respeito às identidades dos sujeitos sociais. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v.32, p. 1-16, 2022.

VYGOTSKY, Lev S. **A formação social da mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. Tradução de José Cipolla Neto, Luís Silveira Menna Barreto e Solange Castro Afeche. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

VYGOTSKY, Lev S. **Obras escogidas**. 2. ed. Madrid: A. Machado Libros, 2001.

VYGOTSKY, Lev S. **Pensamento e linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2003a.

VYGOTSKY, Lev S. **Psicologia pedagógica**. Edição comentada. São Paulo: Artmed, 2003b.